

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM SERGIPE: UMA PROPOSTA AFINADA COM AS NOVAS INICIATIVAS EDUCATIVAS(1931-1947)

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt¹

Resumo: O trabalho buscou compreender como se configurou o processo de institucionalização da disciplina educação física na rede escolar sergipana no período de 1931-1947, realizando um levantamento de fontes e organizando um quadro interpretativo para as fontes já coletadas acerca da temática, procurou estabelecer relações entre o projeto educacional da época com a concepção de educação física que estava se instituindo. O estudo constatou que o período é marcado pela presença expressiva do Estado sobre a sociedade, na educação ocorreram reformulações justificadas pelo processo de modernização dos serviços públicos e alinhadas com o ideário da Escola Nova. Neste sentido, a educação física por certo foi beneficiada, nos dispositivos regulamentares como também a intervenção estatal criaram uma ambiência favorável as disseminações das práticas corporais em Sergipe.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Sergipana, instituições escolares.

THE PHYSICAL EDUCATION IN SERGIPE: A PROPOSAL SHARPENED WITH THE NEW EDUCATIVE INITIATIVES (1931-1947)

Abstract: The work searched to understand as the institutionalization process of the physical education discipline pertaining to school net Sergipana was configured in the period of 1931-1947, carrying out a survey of sources and organizing an interpretative board to the sources already collected concerning the thematic, it was looked for to establish relations between the educational project of that time with the conception of physical education that was been instituted. The study evidenced that the period is marked by the expressive presence of the State on the society, in the education occurs reformulations justified by the modernization process of the public services and lined up with the ideal of the New School. In this direction, the physical education by certain was benefited, in the prescribed devices as well the state intervention created a favorable environment to the disseminations of the corporal practices in Sergipe.

Word-key: Physical education, Sergipana Education, school institutions.

Apresentação

A pesquisa histórica aplicada à Educação Física tem procurado através dos seus estudos captar, com mais profundidade e rigor, o significado de certas realizações, determinações e influências, para apreender elementos que possam ampliar e elucidar a introdução e consolidação da Educação Física no Brasil. No contexto particularmente

¹ Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop; Doutora em Educação; o trabalho teve o apoio do Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos Recém-Doutores às Atividades de Pesquisa – PAIRD da Universidade Federal de Sergipe e foi realizado no período de novembro de 2007 a outubro de 2008.

observado por este trabalho, queremos evidenciar os circunscritos pelo meio educacional sergipano. Buscando compreender como se configurou o processo de institucionalização da disciplina educação física na rede escolar sergipana no período de 1931 a 1947, no qual foi realizado o levantamento de fontes acerca da História da Educação Física e Esportes em Sergipe, tendo como foco as instituições escolares, bem como foi organizado um quadro interpretativo para as fontes já coletadas e catalogadas acerca da temática, estabelecendo relações entre o projeto educacional da época com a concepção de educação física que estava se instituindo e investigar as motivações que levaram a sociedade sergipana investir na implantação e implementação da educação física em Sergipe.

O período abordado teve como recorte a problemática interna da educação física em Sergipe, destacando o Regulamento do Ensino Primário de Sergipe de 1931 e encerrando em 1947, momento em que a política educacional em Sergipe ganha grande impulso, em particularmente a Educação Física, pela primeira vez tem lugar destacado na Constituição Sergipana do mesmo ano(DANTAS JR, 2003).

Indagou sobre as interpretações desse contexto educacional e apontando para uma perspectiva histórica que buscou compreender os mecanismos que induziram a determinadas posturas e o porquê de algumas interpretações prevalecerem sobre as outras. A respeito disso, recorremos a Chervel (1990), que ressalta que fenômenos educacionais são suscetíveis de serem interpretados, segundo as finalidades sociais que se impõem ao contexto escolar.

A história das disciplinas escolares, colocando os conteúdos de ensino no centro de suas preocupações, renova as problemáticas tradicionais. Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última, buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e transformação históricas da escola (CHERVEL, 1990: 219).

Eleger as instituições educacionais como objeto de estudo quer no presente ou no passado, é atribuir as mesmas lócus que portam “um arsenal e fontes e informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre História da Educação Brasileira”(GATTI JR, 2002:4). Esta perspectiva de investir na história das instituições educacionais faz parte de uma tendência recente da historiografia ao considerar de relevância epistemológica e temática o exame de singularidades sociais, em contraposição de uma tendência que privilegiava a análise de conjunto.

Outro modo de resgatar a implementação da educação física é recolher a legislação produzida nas escolas, e para as escolas. De acordo com Nunes (1994) os governos municipais e estaduais e as diretorias ou secretarias de educação se configuram como um locus privilegiado para a definição do direito escolar, responsáveis por um conjunto de textos que são predominantemente normatizadores, justificadores e operacionais das modificações pretendidas. E, ainda, que a farta legislação escolar produzida, com conteúdos práticos, codifica espaços, saberes e poderes, definindo o que é considerado justo, ao mesmo tempo em que delimita um conjunto de soluções jurídicas para problemas postos pelo contexto pedagógico.

A perspectiva adotada pela história das disciplinas escolares teve como locus a educação sergipana e a disciplina – Educação Física, a observação e análise das fontes perpassaram a apropriação de um aparato legal que fundamentou e orientou uma indicação para as práticas pedagógicas nas escolas, bem como a constituição de planejamento escolar que definiu um espaço físico, ou seja, um lugar para acontecer às aulas de Educação Física no ambiente escolar e a adoção de uma perspectiva metodologia que sustentou a formação dos professores e a conformação de um campo profissional – a atuação pedagógica em Educação Física, em que o Estado foi à instância fomentadora e agregadora dos fundamentos e valores desta constituição.

Mudanças educacionais e seus desdobramentos para a Educação Física

O período que se inicia em 1930 será compreendido pela administração do Estado das interventorias. No campo político, Sergipe terá um ordenamento das forças hegemônicas, em que se observa o declínio da oligarquia açucareira afetada pelas mudanças geradas na revolução de 30, uma organização da classe trabalhadora que surge pelo processo de industrialização que se expande no estado e o fortalecimento dos grupos ligados aos pecuaristas e produtores de algodão.

O novo panorama que se apresenta expõe problemas e contradições do Brasil que se pretende construir a partir do movimento revolucionário. Nos estados as interventorias têm que se ajustar às conjunturas locais para poderem atuar.

O País buscava através do movimento revolucionário abolir a República Oligárquica. A mudança política refletia transformações importantes da realidade sócio-econômica do País, no momento de crise da economia cafeeira e da emergência da industrialização. Em Sergipe, embora não se verificasse a mesma realidade, o setor agrário exportador continuaria

predominando, somente à custa de ajustes e convivência às vezes difícil, com fatores da nova ordem. Sem poder apelar ao Governo Federal, a quem não haviam apoiado na eleição ou no processo revolucionário, “os coronéis” renderam-se as circunstâncias. O Estado se fortaleceu e ampliou sua presença na sociedade, substituindo o poder privado e assim obrigando o coronelismo coercitivo e redefinir-se, desgastando oligarquias e mantendo uma postura mais aberta em relação às massas urbanas.

O Governo das Interventorias vem para romper com as perspectivas do antigo regime (República Velha) que descentralizava as decisões políticas do País fortalecendo as lideranças nos estados, no caso do Nordeste eram garantidas pela autoridade e força dos coronéis. Com o movimento de 30, a perspectiva adotada é da centralização do poder tendo em vista a reconstituição do País sob uma nova ordem, e em torno desta reagrupam as forças tradicionais.

DANTAS(1983) destaca que a política da interventoria em Sergipe possibilitou o crescimento do movimento dos trabalhadores em que o Estado impulsiona e cauciona o mesmo. O autor observa que o movimento de 1930 por um lado modernizou e atualizou as instituições burguesas no sentido de melhor ajustá-las aos novos padrões de acumulação, de outro lado possibilitou a conquista parcial de direitos políticos e sociais.

Os avanços identificados nos anos 30 vão ser associados à política adotada pelas interventorias, que têm na centralização a sua força, sobre à qual organiza a nação, se dizendo, cumprir o percurso da modernidade. Para a sociedade civil estes avanços serão de vital importância, pois possibilita a sua organização, abrindo um espaço político, especificamente pela educação com a expectativa de ascender e reivindicar outros ganhos sociais. Lahuerta(1997) descreve como o Estado concilia estes pontos emergentes:

Portanto, se a ‘revolução’ aprofunda a exigência de renovação, o Estado Corporativo, que se quer Novo, reconhece a necessidade de mudança e de modernização, mas procura domesticar esse impulso transformador, trazer para si essa exigência. É em nome da ordem e até da tradição, e sempre pleiteando o primado do público sobre o privado, que o Estado Novo, realizando expectativas difusas da sociedade civil, se assume como arauto da modernidade e realizador dos ideais dos anos 20. (LAHUERTA, 1997:101)

O acesso à escola é uma proposta que circulou por muito tempo nas intenções políticas para depois encontrar condições necessárias para a sua efetivação. A confiança depositada na instituição escolar é uma perspectiva que caracteriza os anseios de modernidade que invadem a sociedade brasileira no início do século. Está exposta na premissa que a escola capacita os indivíduos para proveito pessoal através da ascensão social, e em proveito nacional na construção de uma nação grande e desenvolvida.

Esta expectativa de mudança estava presente nas propostas educacionais das administrações sergipanas depois de 1930, anunciando empenho nas reformulações ocorridas na época. O Regulamento do Ensino Primário de Sergipe de 1931 foi uma iniciativa desta extensão, na qual o Interventor Federal em Sergipe, Augusto Maynard Góes, queria estabelecer mudanças na educação sergipana. As orientações do Regulamento já eram adotadas no restante do Brasil, e traziam transformações significativas ao ensino sergipano. A organização da educação sergipana, desde o início do século XX, já procurava consonância com estas mudanças que estavam alinhadas com os ideais da Pedagogia Moderna, e cujas discussões em torno de tal renovação tinham como perspectiva pedagógica à Escola Nova.

O regulamento procurava atender reivindicações de uma proposta de educação integral, aplicando esta orientação metodológica com ênfase na educação física, higiênica, utilitária, moral e cívica que alargam os valores educativos.

O estabelecimento desses preceitos legais visava melhorar as condições do ensino no curso primário e, como nos coloca Vidal (2003), intenção que já povoava o imaginário da escola e as ações administrativas do Estado, desde os anos 20 do século XX. As modificações eram afirmadas pela centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.

Os elementos educativos próprios ao desenvolvimento de atividades que despertariam o interesse e a motivação das crianças foram valorizados no ambiente escolar e, neste sentido, o regulamento em seu capítulo VI, dispõe em seu art. 45, ao tratar do programa, aulas e férias, o exposto abaixo:

Art.45. O programa de ensino primário constará de:

- a) Linguagem oral e escrita;
- b) Aritmética, até sistema métrico, inclusive calculo;
- c) Geografia e História Pátria;
- d) Desenho geométrico, de copia e invenção;
- e) Ciências físicas e naturais (noções concretas), higiene, educação moral aplicadas á formação de bons hábitos;
- f) Música (cantos escolares e patrióticos);
- g) Educação Física (jogos, ginástica).

Os conteúdos como os cantos, os jogos, a ginástica entre outros, indicaram possibilidades didáticas diversas que distinguiam das práticas associadas à escola tradicional, mas, em contrapartida, exigiam outra organização da escola, definição de seu espaço físico e adoção de métodos apropriados. Esses aprendizados aconteciam, geralmente, em áreas mais

amplas que as salas de aulas, no mínimo, ou exigiam lugar com adequação determinada, como era o caso das atividades físicas e o trabalho com música, utilização de material didático específico para o seu incremento e o preparo pedagógico dos professores no desempenho destas atividades. Nas escolas públicas sergipanas, essa proposta enfrentaria dificuldades pela estrutura deficitária nas suas feições humanas e materiais.

Outro aspecto considerado pelo regulamento que envolve a educação física foi a organização do horário escolar determinando o tempo de trabalho e dos intervalos e especificidade para cada tempo. No mesmo capítulo VI, o artigo 52 dispõe:

As aulas começarão nas escolas isoladas e grupos de um só turno às 9 horas e terminarão às 13 horas e meia (4 horas e meia de trabalho), reservados 20 minutos para o recreio, entre duas metades de tempo, e exercícios físicos. Nos grupos de 2 turnos, começarão às 8 e meia da manhã, e às 13 da tarde, terminarão às 12 e meia e às 17 horas, respectivamente (4 hora exatas).

Nessa deliberação, ficava explícito o tempo que o trabalho deveria ser priorizado e o momento para o recreio das crianças, bem como a prática dos exercícios físicos, padronizando, assim, a programação das rotinas desenvolvidas pelas professoras e alunos em sala de aula e em outros espaços escolares. O controle exercido era para produzir resultados com mais economia e eficiência, sem provocar a fadiga dos alunos e a alternância da ênfase dada às atividades (corpo/intelecto) contemplava a integralidade necessária para o desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades.

Esse processo procurou impetrar prescrições às rotinas escolares, indicando uma ordem e disciplina; era a aposta no poder disciplinador do progresso, compreendendo as relações sociais sob outro modelo. Novas práticas pedagógicas eram organizadas, as quais constituíam a metáfora dos ritmos impostos aos corpos e mentes pela vida moderna (CARVALHO, 2006). Eram redefinidos os papéis dos alunos e professores e o espaço em que era produzido o conhecimento.

A inspeção escolar era uma maneira de exercer o controle sobre o trabalho desenvolvido nas escolas. O regulamento previa que todas as escolas fossem inspecionadas, pelo menos uma vez ao ano, além da orientação técnica na execução do programa, da crítica pedagógica dos métodos e dos processos empregados pelos professores. Os inspetores deveriam observar todas as medidas para o bom andamento do ensino, levando em conta a higiene dos prédios, o bem-estar e a saúde dos alunos, e, através de relatos, manter a Diretoria a par do movimento escolar e das falhas notadas, indicando as causas e medidas a serem tomadas.

Após cada inspeção, seria lavrado um termo, no qual estaria mencionado tudo o que foi observado como interesse sobre o ensino, a atuação do professor e a eficiência da escola. O inspetor repetiria a visita quantas vezes julgasse conveniente, a fim de observar, cuidadosamente, o curso do ensino, as falhas e os defeitos dos professores ou da escola.

No que diz respeito à Educação Física, o texto dos relatórios desses termos, lavrados pelos inspetores, indicam que a disciplina era uma necessidade presente nas escolas, segundo a proposta educacional estabelecida pelo regulamento. Registravam, também, que o cumprimento desta intenção pedagógica exigia uma apropriação metodológica, não evidenciada na prática desenvolvida pelos professores sergipanos, fato esse que explicitava uma deficiência do Estado em atuar como suporte de formação. Outro aspecto apontado como deficitário era o espaço físico designado para aulas de Educação Física, pois, muitas vezes era inapropriado ou ainda inexistente, do mesmo modo que faltava a aparelhagem necessária às intenções educacionais da época que estavam sendo implantadas.

Uma proposta afinada com essa concepção educacional deveria levar em conta um conjunto de disciplinas e atividades, antes consideradas de valor secundário pela educação convencional. Nesse redimensionamento, era necessário despertar a atenção para os equívocos que seriam gerados, se o processo educacional não fosse bem conduzido e não atendesse às exigências sociais da época. A força de vontade, a atividade e o vigor físico seriam fundamentais para o processo em si, podendo até compensar, em grande medida, lacunas da educação.

Os aspectos envolvendo essas argumentações se agregam à idéia de que a educação recebida pelo indivíduo tem implicações diretas em sua atuação como cidadão, em suas funções sociais, no seu papel a desempenhar, tendo-se em conta que sua vida se reflete nas várias instituições sociais, e que as necessidades da sociedade estavam se configurando sob novos padrões.

Sergipe estava em consonância, ainda que mantendo suas peculiaridades locais, com uma cultura pedagógica que procurou construir uma identidade e marcar uma área de atuação específica em expansão na década de 30 do século XX. Neste sentido, a ação social da escola por intermédio de seus educadores trabalhava numa reforma da instrução pública e se sentiam partilhando um poder instituinte, expresso em objetos (novas escolas, equipamentos e livros), em representações mentais (novas teorias da educação e aprendizagem), em atos e estratégias de manipulações simbólicas (transmissões radiofônicas educativas, a recreação e os coros). A identidade que forjaram nesse momento foi mais que profissional, foi existencial, daí sua formidável força mobilizadora (NUNES, 1994).

Uma referencia do período desta força mobilizadora foi o Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários em 1935, organizado pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Para o referido curso foram contratados técnicos especializados do Rio de Janeiro: José Vieira Brandão e Tito Pádua para atuarem com Canto Orfeônico e Educação Física, respectivamente. O processo de contratação de técnicos de notória competência foi um recurso também utilizado na época por outros estados. Percebe-se que as especialidades estavam se configurando no quadro geral das formações e, era certamente um processo lento e, a intenção sergipana surgiu das necessidades locais, a partir da observação do meio e com recurso disponíveis na ocasião.

A Diretoria objetivou trazer benfeitorias ao ensino adotado nas escolas e divulgar as novas influências educativas. Advertia que a proposta do curso foi recebida com receios, expectativa natural acerca das instituições novas, porém foi depositada muita confiança na iniciativa. Sua missão era uniformizar os novos processos de ensino, por isso um empreendimento dessa envergadura.

O Canto Orfeônico e a Educação Física podem representar no contexto do Brasil e de Sergipe, em especial, um dispositivo capaz de inventar tradições, a partir do lastro de cultura e da tradição forjavam-se novos hábitos, novas condutas e comportamentos, em certa medida era um esforço que pretendia mudanças de condutas cada vez mais homogêneas e integradas. Com efeito, foram envidados esforços para promover o culto ao civismo nas expansões patrióticas em datas nacionais. As demonstrações públicas, recurso didático que foi muito utilizado por estas disciplinas, expressavam no contexto escolar, o seu engajamento no projeto do país, na presença das autoridades e dos populares os eventos cívicos evidenciam o esforço coletivo, de que todos preparados e solícitos para trabalhar em prol da construção da nação.

A política educacional no período tendo em vista a perspectiva dos anseios liberais democráticos, vai possibilitar a expansão de rede escolar, visando a elevação da formação intelectual, moral e técnica da população sergipana, mesmo que ainda se observe raízes e vícios das antigas oligarquias que interferem nas expectativas dos avanços. A inclusão da educação física como matéria constitucional estadual, em 1947, corrobora nos termos da lei a consolidação da educação física, como parte que integra o projeto educacional sergipano, como nos aponta Dantas Jr(2003) e que também nos adverte que este processo apresentou traços paradoxais, como entendimento da mesma prática pelo viés de princípios educacionais de bases antagônicas, mas que nas circunstâncias históricas do período, na sua dinâmica própria de ajustamento da democracia, possibilitou o concílio de compreensões em oposição.

O período observado é marcado pela presença expressiva do Estado sobre a sociedade, como nos coloca Dantas(2004) e que está situação afetou de diversas formas as manifestações culturais. Na educação fica evidenciada a tendência renovadora, operando reformulações no ensino, alinhadas ao ideário da Escola Nova e justificadas pelo processo de modernização dos serviços públicos e que demonstravam uma preocupação com o social, mas também vemos a ação do mercado inibia pela adoção da política nacional intervencionista. Por esse modo de organização da sociedade e suas instituições, a educação física por certo foi beneficiada, nos dispositivos regulamentares como também a intervenção da esfera estatal que cria uma ambiência favorável a disseminações das práticas corporais na sociedade sergipana.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, MARTA M. C. Quando a historia da educação é a historia da disciplina e higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

DANTAS, José Ibare Costa. **Revolução de 1930 em Sergipe: Dos tenentes aos coronéis**. São Paulo, Cortez, 1983.

_____. **História de Sergipe – República(1889-2000)**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS JUNIOR, Hamílcar S. **Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da pedagogia experimental na Educação Física em Sergipe(1947-1951)**. 2003.147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

GATTI JUNIOR, Décio. **História das instituições educacionais**. In. ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio(org.) **Novos temas em história da educação brasileira**. Uberlândia: Edufu, 2002.

LAHUERTA, Milton. **Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização**. In: DE LORENZO, H.C, e COSTA, W.P. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997, p.93-114.

NUNES, Clarice. A cultura jurídico-política e a educação brasileira: um campo de estudos em aberto. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 18/19, p.6-15, dez/1993-jul/1994.

SERGIPE(Estado). Decretos-leis do Estado de Sergipe de 1931. **Regulamento do Ensino Primário**. Aracaju, Imprensa Oficial, 1937.

VIDAL, Diana. Escola Nova e Processo Educativo. In: Lopes, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.